

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST / Setor de Educação

Seminário Nacional “O MST e a Escola”

ENFF, 16 a 19 de setembro 2024

Documento-Síntese

*“... é preciso saber o que fazer agora para avançar, mesmo que seja um passo (...); deve-se saber o que é possível conseguir hoje e o que não é; é necessário saber **como** construir uma nova vida.” (Krupskaya)*

Sempre há possibilidades de lutar e construir.

Sobre o Seminário

Este Seminário teve caráter interno, orgânico; de estudo, debates e formulação coletiva de ideias e proposições para o trabalho do Movimento com as escolas a partir de nossos acúmulos teórico-práticos e da análise geral de nossa atualidade.

Objetivos que nos guiaram nos estudos e nas discussões feitas: * discutir sobre exigências e implicações do estágio atual da construção da Reforma Agrária Popular (RAP) para o trabalho de educação e nossa organização coletiva; * analisar contexto, tendências e impactos da política educacional neoliberal em curso; * firmar compreensão das tarefas educativas da escola desde a construção da Pedagogia do Movimento e a análise das questões centrais de nossa atualidade; * fazer um balanço projetivo da participação das escolas na construção da RAP, em especial de sua inserção na práxis agroecológica em nossos assentamentos e acampamentos; * discutir sobre o programa do governo “escola em tempo integral” tomando posição a partir de nossa concepção de educação e a realidade das escolas do campo; * elaborar proposições para disputa sobre forma de oferta e desenho político-pedagógico do ensino médio em escolas do campo e sobre ampliação do tempo escolar; * definir linhas de ação visando ampliar e fortalecer nosso círculo orgânico de escolas públicas de educação básica e sua inserção na construção da RAP.

Participaram do Seminário: educadoras e educadores de escolas com vínculo orgânico ao Movimento, membros do coletivo nacional de educação e dos coletivos nacionais de formação, produção, cultura, comunicação, LGBTQIA+ e juventude do MST, convidados de instituições parceiras que trabalham com formação de educadores (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, RJ, Universidade Federal do Pampa, Instituto Federal do Pará Campus Marabá, Instituto Federal Catarinense, Campus Abelardo Luz). Estivemos com representantes de 18 estados, 23 escolas em um total de 70 participantes.

O Seminário foi aberto às 9h do dia 16 de setembro com a acolhida aos participantes organizada por educadoras do PA e TO, seguida das combinações organizativas para nossa inserção no ambiente educativo da ENFF. A partir daí seguiram-se estudos, debates e vivências conforme a programação prevista e que foi estruturada em três grandes eixos: *nossa atualidade*, *nosso acúmulo* (arsenal de luta e construção) e *nossas proposições*.

A primeira mesa de trabalho abriu a abordagem do eixo “nossa atualidade” com o tema *a construção da Reforma Agrária Popular e as contradições fortes do momento atual*, com exposições de Gilmar Mauro e Maria Cristina Vargas (MST) que trouxeram uma análise

geral e desafios ao trabalho de educação a partir dos debates de atualização do Programa de Reforma Agrária do MST. As exposições foram seguidas de debate em plenária.

Na tarde do dia 16 aconteceu a segunda mesa de trabalho que tratou da *política educacional neoliberal: contexto, contradições, tendências e impactos*. A exposição de Clarice dos Santos (UnB/Pronera) foi de análise geral contextualizando a política. E a segunda exposição, de Paulo Roberto de Sousa Silva (UFMA/MST) trouxe uma análise específica sobre o “Novo Ensino Médio” e o programa “Escola em Tempo Integral” do MEC, discutindo a situação atual e os impactos nas escolas do campo. A discussão feita em plenária começou com intervenções previamente solicitadas dos estados da BA (Síntia Paula Carvalho) e de PE (Paulo Henrique) sobre impactos locais das políticas e ações das escolas diante delas, seguindo depois para outros depoimentos e problematizações.

Na manhã de 17 de setembro a mesa sobre *Pedagogia do Movimento e atualidade* abriu as discussões do eixo “nosso acúmulo”. A exposição de Roseli Salete Caldart (MST) tratou da nossa concepção de “educação integral”: finalidades sociais e educativas, matriz formativa e tarefas educativas básicas da escola. Na sequência, a exposição de Caroline Bahniuk (UnB/MST) trouxe elementos de compreensão sobre educação politécnica apontada como desafio atual no avanço da relação entre ensino e trabalho em nossas escolas de educação básica e nos cursos de educação profissional.

Ainda na manhã do dia 17 e continuando na primeira parte da tarde desse dia tivemos a mesa: *Nossas escolas na construção da RAP: balanço projetivo* com duas exposições iniciais seguidas de relatos de experiências previamente solicitados aos estados de MG e MA. A primeira exposição foi de Bárbara Loureiro (Setor de Produção MST) sobre o Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, trazendo um balanço da realização do plano, discussões recentes de ações estratégicas de massificação da agroecologia e da cooperação nos assentamentos e os desafios de contribuição das escolas nessa construção. A segunda exposição foi de Dionara Ribeiro (EPAAEB) que tratou da situação atual e os desafios da *inserção das escolas de educação básica na práxis agroecológica*, a partir de uma sistematização geral do projeto nacional Agroecologia e Educação que temos em andamento.

Na sequência tivemos a apresentação de diferentes experiências realizadas em escolas de assentamentos do MA pelas educadoras Lenilde Alencar e Maria Leomar Pereira de Sousa. Experiências de criação de viveiros de mudas, horta ecológica, criação de animais, realização de trilhas ecológicas todas fortalecendo a relação escola e comunidade e exigindo estudos e planejamento coletivo entre as educadoras, educadores. Logo depois a educadora Elisângela Carvalho, do setor de educação de MG, apresentou a experiência da Escola Estadual Carlos Henrique Ribeiro dos Santos, onde atua, escola de educação básica completa que atualmente desenvolve uma experiência piloto de ensino médio por alternância. Um dos projetos de trabalho produtivo que desenvolvem é o de “vermicompostagem” em parceria com o núcleo de compostagem da comunidade e a organização curricular da escola é por temas geradores.

Depois das apresentações foi aberto um debate em plenária sobre a inserção das escolas na construção da RAP, especialmente no avanço da agroecologia e da cooperação: situação, desafios, proposições a partir do conjunto de exposições desse dia e do anterior.

Na tarde do dia 17 também aconteceu uma mesa de trabalho sobre a *transformação da forma escolar e reorganização dos tempos e espaços da escola*. Uma exposição inicial foi feita por Marlene Siebert Sapelli (Unicentro/MST) sobre nosso acúmulo e desafios sobre tempos e espaços da escola na concretização da matriz formativa da Pedagogia do Movimento. Na sequência foi apresentada a experiência de ampliação do tempo escolar com funcionamento em tempo integral da Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Marighella, Marabá/PA, pela educadora da escola Eliene Neres Gomes, trazendo as dificuldades operacionais da ampliação do tempo e o desafio que estão assumindo de vincular os diferentes tempos da escola com iniciativas de análise e inserção no sistema produtivo do assentamento. Seguiu-se um debate em plenária sobre desafios de reorganização dos tempos e espaços nas nossas escolas e o que temos a dizer sobre o tempo integral em escolas do campo.

À noite aconteceu um Sarau Literário com a divulgação de *Escrevivências Sem Terra* e com a apresentação de três livros recém lançados pela Editora Expressão Popular: *Tatá, Pepe e Gigi as três gotinhas de chuva*, produzido a partir de um dos contos de Ana Primavesi (literatura infantil); *Caminhos para transformação da escola n. 5: A formação de educadores do campo e a construção da pedagogia socialista*, organizado por Caroline Bahniuk e Paulo Roberto de Sousa Silva; e *A construção histórica do conceito de metabolismo e a agroecologia*, de Roseli Salete Caldart. O lançamento foi feito por Miguel Yoshida, da coordenação da editora. A organização do sarau esteve com os membros do coletivo nacional de cultura participantes do Seminário.

O dia 18 de setembro teve seu foco principal na formulação coletiva das *proposições* do Seminário. Pela manhã realizamos a mesa de discussão sobre o *Ensino Médio nas Escolas do Campo*. A exposição inicial foi feita por Valter de Jesus Leite, trazendo elementos de síntese de discussões coletivas anteriores do MST na relação com os desafios atuais de construção da RAP. Em seguida foram apresentadas práticas e reflexões sobre o ensino médio em diferentes escolas: - EM com formação desde e para o trabalho no campo (sem oferta de curso técnico) nas escolas de assentamentos e acampamentos do PR (Jones Fernando e Sandra Scheeren); - EM concomitante a curso técnico em alternância: Instituto de Educação Josué de Castro, RS (Simone Rezende); - EM integrado com curso técnico: Escola Luana Carvalho, BA (Zuzanna Julia Jaegermann); EM Integrado e EM com curso técnico subsequente e com ampliação do tempo escolar em escolas de assentamentos do CE (Francisco Erivando Barbosa de Sousa). Seguiu-se um momento de diálogo em plenária sobre as exposições feitas focadas na forma de acesso, desenho organizativo e pedagógico, e formas de integração entre educação geral básica e cursos técnicos.

Na tarde do dia 18 foi feita a orientação geral para um trabalho de grupos com foco na discussão das proposições relacionadas aos focos das exposições e discussões feitas no Seminário até ali, visando construir uma atuação unificada do setor de educação com o conjunto de nossas escolas. A orientação foi apresentada por Paulo Roberto Silva pela equipe de sistematização.

A composição dos grupos foi aleatória para diversificar realidades estaduais e locais nas discussões. O trabalho nos grupos foi seguido de apresentação da síntese das discussões de cada grupo e debate em plenária.

À noite aconteceu uma atividade de confraternização entre os/as participantes do Seminário.

No dia 19 de setembro, última manhã do Seminário, o foco esteve na discussão organizativa e levantamento de linhas de ação para o trabalho do setor de educação com as escolas. A coordenação do dia fez uma introdução ao trabalho em grupos orientando a discussão sobre como potencializar as ações discutidas no Seminário para avanço da organização coletiva nas escolas e para fortalecer a organicidade do trabalho de educação do MST, ampliando a participação de nossa base e o número de escolas efetivamente inseridas organicamente no Movimento. O trabalho em grupos foi feito por grande região e após houve relato de cada grupo e um debate geral em plenária.

No final da manhã do dia 19 vivenciamos um momento de mística e compromisso, marcando o ato de *encerramento do Seminário*, coordenado pela frente infância do setor de educação.

Durante os dias do Seminário foi sendo composto pela produção dos/das participantes um painel de pano retratando a escola e suas relações, atividade coordenada por Marlene Siebert Sapelli e Daiane Ramos. Ficou pronto apresentado e apreciado coletivamente ao final do Seminário.

A coordenação de cada dia do Seminário foi feita, na sequência dos dias pelas seguintes duplas: Valter J. Leite e Luana Pommé (primeiro e último dia), Maria Raimunda Cesar e Paulo Henrique, Jones Fernando e Daiane da Silva.

Os momentos de mística do início de cada dia e os informes gerais necessários aconteceram junto com os demais grupos presentes nesse período na ENFF conforme a dinâmica organizativa da Escola.

Compuseram a equipe de memória e sistematização do Seminário: Marlene Siebert Sapelli, Camila Munarini, Kamila Karine Wanderley, Paulo Roberto Silva, Roseli Salete Caldart e Valter J. Leite.

Ideias-força

Sistematizamos aqui ideias principais estudadas e discutidas no processo de preparação e realização do Seminário, organizadas em torno de duas questões-chave: para que e como nossas escolas podem/devem participar da construção da Reforma Agrária Popular; e como lidar coletivamente com políticas atuais de educação que têm finalidades, forma e conteúdo contrários ao nosso projeto social e educativo.

As escolas e a construção da Reforma Agrária Popular

1. A Reforma Agrária Popular (RAP) foi o nome escolhido pelo MST para designar o processo de atualização do seu Programa de Reforma Agrária, ratificado nacionalmente no VI Congresso do MST em 2014, depois de estudos e debates realizados desde o Congresso anterior de 2007, que já tinha indicado a agroecologia como componente necessário de uma reforma agrária de caráter popular. Essa atualização partiu de uma análise projetiva do percurso histórico da luta por reforma agrária e das contradições que movimentam o período histórico atual, marcado por uma crise estrutural do sistema capitalista. No Seminário chamou-se atenção de que este tem sido o método do MST:

vamos incorporando novas questões e dimensões da luta a partir da análise sobre nós mesmos, dos limites do que fazemos e de uma autocrítica coletiva sobre decisões políticas que vão sendo tomadas pela nossa organização. Sempre buscando nos pensar como parte da classe trabalhadora e na perspectiva do desafio histórico de superação das relações sociais de produção baseadas na exploração do trabalho e da natureza e na desigualdade social que se aprofundam no avanço insano dessa lógica.

2. Agora, no momento em que estamos atualizando o nosso programa de Reforma Agrária Popular, estão mais à mostra as contradições que caracterizam este período histórico de crises múltiplas: social, ambiental, econômica, cultural, humana. Mais do que nunca as questões do cotidiano da luta e do trabalho em nossos territórios, que incluem as escolas, precisam ser tratadas na relação com a grande questão posta hoje ao futuro da humanidade: *qual o modo de produção da vida social que sucederá na história o sistema capitalista que vai entrando em colapso?* Especialmente a crise ambiental provocada pela exacerbação da lógica de acumulação do capital em sua fase decadente, exige um lugar de maior destaque à questão sócio-ambiental em nosso projeto socialista e tornou a transformação da matriz de produção um pilar central da construção atual da RAP, tendo a *agroecologia* e a *cooperação* como componentes básicos e a *soberania alimentar* como finalidade prioritária.
3. No Seminário foram destacados alguns processos produtivos próprios à construção da RAP hoje e que exigem nossa especial atenção como educadoras e educadores que atuam com a base social do MST em seus diferentes setores de trabalho. Entre as ações destacadas desses processos estão: * diferentes iniciativas que visam tornar massiva a *práxis agroecológica*, compreendida não apenas como técnicas de produção, mas como uma *mudança de matriz de produção* que envolve diferentes processos de trabalho interligados, revê os critérios do que seja “produtividade” e “escala” na agricultura e altera a existência social de quem vive do trabalho; * como uma dessas iniciativas está a continuidade do plano nacional que vincula o *plantio e conservação de árvores* com *sistemas de produção de alimentos saudáveis*; * a produção e compartilhamento coletivo de sementes crioulas, chave central na autonomia camponesa na produção agrícola; * a construção nacional de uma rede de fábricas de “bioinsumos” visando ampliar e fortalecer os processos de *transição agroecológica*; * iniciativas de beneficiamento da produção e construção de agroindústrias; * participação ativa na construção de alternativas populares de *fabricação e uso coletivo de maquinário* adequado à agricultura camponesa agroecológica; * criação e fortalecimento de estratégias cooperadas e solidárias de circulação da produção; * e o debate e iniciativas práticas de avanço quantitativo e qualitativo de *produção de energia ecológica* e socialmente sustentável.
4. Um desafio específico que temos como educadoras e educadores é apreender quais são as principais exigências formativas da RAP, pela análise coletiva desses processos de luta e construção e das vivências específicas das nossas crianças e jovens, que de alguma forma já estão inseridos neles: que conhecimentos precisam ser apropriados e produzidos, que habilidades precisam ser desenvolvidas, que posturas precisam ser cultivadas. Isso para ao mesmo tempo significar essas vivências e ir preparando militantes ativos da construção da RAP, com a necessária compreensão dos elos entre

nossas práticas locais, o movimento das contradições na realidade nacional, mundial, planetária e nosso projeto histórico como classe trabalhadora.

5. Não se trata, portanto, de assumir uma visão pragmática de instrumentalização da escola para preparação das crianças e jovens para mera execução de determinadas atividades de trabalho (essa é a lógica da pedagogia do capital). Pelo contrário, o desafio é de potencializar a materialidade da construção da RAP para realização de nossas finalidades de formação humana emancipatória. Queremos ajudar a preparar seres humanos plenamente desenvolvidos e uma juventude capaz de participar da construção desse novo *modo de produção da vida* onde quer que depois trabalhe, atue.
6. As práticas das escolas que foram socializadas durante o Seminário nos mostram possibilidades reais e a potência formativa do vínculo das escolas com processos de luta e construção da RAP. E elas reafirmam a força da matriz formativa da Pedagogia do Movimento para intencionalizar o *ambiente educativo* da escola nessa direção. E pensando na realização das *tarefas educativas da escola* essas práticas reafirmam o lugar central do trabalho, como princípio educativo e como parte fundamental do método de estudo capaz de levar à compreensão da realidade natural e social visando ações conscientes e organizadas sobre ela.
7. As exigências formativas da RAP, no contexto histórico em que se realiza, e a complexidade dos processos de trabalho que ela envolve, nos põem a necessidade de qualificar o vínculo entre os estudos escolares e os conhecimentos relacionados aos processos de trabalho presentes nessa construção em luta. Entendemos que a chave político-pedagógica da *educação politécnica* pode nos ajudar a qualificar esse vínculo, bem como sua ligação com os conhecimentos que precisam ser trabalhados pela escola a partir do conjunto das nossas finalidades formativas.
8. Já entendemos que sem a *inserção prática em processos de trabalho vivo não há educação politécnica*. Porém essa *inserção não é ainda a realização da educação politécnica*. Desde a concepção originária em Marx, a educação politécnica se refere à apropriação do conhecimento científico do trabalho pelos trabalhadores, trabalhadoras, o que para as novas gerações implica o vínculo entre estudo e trabalho. A construção prática da *forma politécnica da escola do trabalho* feita pela pedagogia socialista soviética afirma como exigência básica na educação das crianças e jovens a *ligação do ensino com o trabalho produtivo*. Essa ligação supõe identificar os conhecimentos sobre os processos de trabalho que podem ser apropriados pela inserção direta no trabalho e os conhecimentos gerais necessários à compreensão mais funda desses processos específicos de trabalho em que se inserem e do trabalho em geral, ou seja, do que existe de comum entre os diferentes tipos de trabalho e setores da produção.
9. A sistematização feita por Pistrak no livro “Ensaio sobre a Escola Politécnica” (Expressão Popular, 2015), especialmente destrinchando como realizar o *politecnismo*, uma categoria pedagógica que construíram pensando a realização da educação politécnica em cada etapa do que hoje nós chamamos de educação básica, é leitura necessária para continuarmos nós essa elaboração, pensando a partir das bases materiais sobre as quais trabalhamos e as exigências de apropriação de conhecimentos próprias à época em que vivemos e às lutas fundamentais de nosso tempo.

10. Alguns passos que precisamos dar coletivamente nessa direção, realizados na intensidade e na ordem adequadas às diferentes realidades e aos diferentes estágios das práticas que temos nos nossos territórios:
- a) Precisamos identificar os principais processos de trabalho e produção presentes na construção prática da RAP hoje. Nas escolas isso pode compor o inventário da realidade do seu entorno. E os diferentes setores do Movimento podem fazer essa sistematização desde seu foco de atuação, a partir do que já se conhece do processo geral de construção em diferentes regiões e das iniciativas coordenadas nacionalmente.
 - b) A partir dessa identificação é necessário destrinchar/analisar com rigor quais são os diferentes conhecimentos entranhados ou envolvidos nos diferentes processos produtivos. As iniciativas e os desafios nacionais destacados no Seminário devem merecer nossa especial atenção visando pensar nas possibilidades de inserção da nossa juventude e como podem se tornar objeto de estudo multilateral do trabalho em escolas do campo.
 - c) Precisamos ampliar a quantidade de escolas envolvidas nessa construção tanto diversificando os processos de produção com os quais as escolas busquem se vincular, como repensando a lógica de organização do conjunto das atividades de estudo de modo que permitam ligar ensino e trabalho. E junto ir avançando na compreensão coletiva do *trabalho socialmente necessário* e a *auto-organização dos/das estudantes* como categorias político-pedagógicas fundamentais para qualificar a realização das diferentes tarefas educativas da escola e, em especial, para a relação entre os estudos das ciências e o trabalho socialmente produtivo.
 - d) Um passo igualmente necessário é assumir nacionalmente, com sistematicidade e disciplina, o estudo coletivo das formulações teóricas sobre educação politécnica e sobre politecnismo a partir das formulações originárias de Marx e das categorias construídas pelo coletivo de pedagogos do período inicial da revolução soviética, bem como as sínteses que já produzimos dialogando com a realidade atual, visando fundamentar a realização de ensaios de politecnismo em nossas escolas. Ensaios que tomem processos de construção da RAP como objeto primeiro e que abordem, especialmente a agricultura camponesa de base agroecológica, como um complexo tecnológico que permite/exige uma formação de perspectiva politécnica.
11. Nas discussões feitas no Seminário reafirmamos a visão da educação básica como uma totalidade. Por isso, o ensino médio, que foi um dos focos específicos de estudo e debate de práticas, precisa ser tratado política e pedagogicamente como parte da educação básica, compartilhando suas finalidades gerais de formação humana multilateral, de perspectiva *omnilateral*. Na concepção que assumimos de educação básica e pela compreensão que já temos sobre educação politécnica e politecnismo, não temos como pensar/propor um ensino médio politécnico sem pensar/propor o todo da educação básica em perspectiva politécnica. Lembremos, porém, que a educação politécnica precisa ser pensada como parte do todo maior das *tarefas educativas da escola* que concretizam a realização da matriz formativa da Pedagogia do Movimento.
12. Renovamos nosso compromisso e disposição para levar adiante as transformações da forma escolar necessárias para nossas finalidades sociais e educativas e as tarefas educativas da escola que tornam concreta sua realização. Foram destacadas no

Seminário alterações da forma escolar sobre a relação escola-comunidade, básica para garantir a participação real da escola nos processos vivos de construção da RAP, a gestão efetivamente democrática e ao imprescindível planejamento pedagógico coletivo, e os tempos e espaços educativos que têm, em diversas práticas, conseguido materializar as intencionalidades formativas do todo da escola e precisam ser potencializados para realização das tarefas educativas. Essas alterações que já fazemos são nosso acúmulo na disputa de concepção sobre conteúdo e forma da ampliação do tempo escolar determinada pela política da “escola em tempo integral”.

13. Para avançarmos na direção apontada pelas discussões do Seminário é essencial avançarmos na organicidade do trabalho de educação do MST dinamizando nossa estrutura organizativa e especialmente ampliando a articulação entre as escolas conquistadas e mantidas em nossos territórios. Precisamos de uma organicidade que amplie a participação de nossa base, que projete novos quadros para o trabalho político e organizativo, que estimule o estudo, eleve o nível de compreensão dialética da realidade, amplie o controle coletivo nosso sobre os territórios de reforma agrária, além de qualificar nossa relação com outras organizações de trabalhadores da educação e os fóruns de Educação do Campo. E na formação de educadores, que para nós sempre foi essencial, precisamos ousar mais em nossa movimentação por conta própria, ao mesmo tempo em que se vai pressionando apoio público para determinadas atividades.

Nossa posição sobre as políticas de educação discutidas no Seminário

14. Vivemos uma difícil conjuntura, na qual as políticas educacionais expressam as contradições da luta de classes sob a hegemonia do capital, no estágio atual de crises do capitalismo e da forma contemporânea do estado neoliberal, com forte tensionamento da extrema-direita de teor fascista, radicalizando a natureza perversa, destruidora e desumanizadora dessa ordem social.
15. Nesse cenário a educação tem um papel fundamental na reprodução do capital: como mercadoria, expandindo o mercado capitalista, através das variadas formas de privatização e comoditização da educação; na formação técnica da força de trabalho, unilateral e restrita às habilidades e competências requeridas com a reestruturação produtiva e as atuais necessidades do mundo do trabalho; e na formação político-ideológica do indivíduo-empresa, reproduzindo os valores que conformam a sociabilidade neoliberal.
16. Nessa direção, concorre a política educacional e o conjunto das ações que a constituem: a LDB, a BNCC, o sistema de avaliações em larga escala, a reforma do Ensino Médio, a Escola em Tempo Integral, a plataformização e hiperburocratização da educação, a gestão privada das escolas, a precarização das escolas públicas e do trabalho docente. Para tanto, o capital se faz cada vez mais presente na elaboração e implementação das políticas educacionais, através da incidência direta de suas agências que atuam de forma orgânica e incisiva nos diversos órgãos da política educacional brasileira, do Ministério da Educação ao chão das escolas, impondo o atual projeto educativo do capital e construindo consensos, que lhe conferem hegemonia.

17. A inclusão de questões como educação do campo, indígena, quilombola e LGBTQIA+ é permitida, mas de forma que não ameace o projeto hegemônico. Essas questões são incorporadas de maneira a não questionar profundamente o *status quo*, mas sim para dividir e fragmentar os interesses da classe trabalhadora. Contudo, apesar das limitações e contradições, houve avanços na educação, a partir do polo do trabalho, em algumas áreas, especialmente onde há luta e organização popular, a exemplo da educação do campo, indígena e quilombola, com disputa da hegemonia na medida da correlação de forças.
18. Embora o foco de discussões no Seminário, no âmbito das políticas educacionais, tenha sido o Novo Ensino Médio e o programa Escola em Tempo Integral, compreendemos que essas políticas não podem ser vistas de forma isolada, pois integram o conjunto da política neoliberal, compartilhando a lógica e as finalidades da pedagogia do capital, hegemônica, de formação de trabalhadores para um mercado de trabalho cada vez mais flexível, instável e precário.
19. A ênfase nessas duas políticas decorre de sua abrangência, da relevância que vêm ocupando no contexto atual e dos impactos que têm provocado nas escolas, de modo geral, e em nossos territórios, em particular, exigindo uma melhor compreensão desse fenômeno e suas contradições para seguirmos na disputa da hegemonia, na construção de nossa escola, com referência na Pedagogia do Movimento.
20. Trabalhar sobre as contradições da política educacional não significa gastar nossa energia para pensar como nos adequar ou remendar as reformas empresariais e sim termos a elaboração necessária para a disputa de concepção, taticamente nos valendo da especificidade das escolas do campo e do propalado respeito à diversidade.

Sobre a reforma do Ensino Médio

21. Em relação ao Ensino Médio, é fundamental adotar uma perspectiva histórica. Estamos lidando com políticas que têm uma trajetória de idas e vindas, mantendo na essência os interesses de reprodução do capital, a dualidade nesse nível de ensino, com predomínio da profissionalização precoce da juventude trabalhadora, à custa da negação do acesso aos conhecimentos gerais, restringindo seu caráter de educação básica e suas possibilidades para uma formação humana emancipatória. Portanto, nossa crítica ao Novo Ensino Médio não significa a defesa do velho, mas o reconhecimento de que a reforma intensifica aspectos contra os quais sempre lutamos.
22. O movimento que culminou no Novo Ensino Médio foi uma reação a esforços anteriores de tensionamento e debates na perspectiva do Ensino Médio Integrado e da Educação Politécnica, ocorridos na primeira década dos anos 2000. A Reforma do Ensino Médio, aprovada em um contexto de restrição democrática, aprofundou os desafios da educação da juventude, citados no item anterior. Com a eleição de Lula, novas discussões foram abertas, culminando na Lei nº 14.945/2024, que instituiu a Política Nacional do Ensino Médio, com alguns avanços em relação ao que estava posto na Lei nº 13.415/2017, do que destacamos: a carga horária de 2.400 horas para componentes curriculares da Formação Geral Básica, previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com reconhecimento do conjunto das disciplinas desse nível de ensino; uma regulamentação mais rigorosa para os Itinerários Formativos, com a Formação Técnica

e Profissional organizada de acordo com os eixos e áreas tecnológicas definidos nas diretrizes curriculares nacionais de educação profissional e tecnológica; o reconhecimento das diversidades e a inclusão da Educação do Campo e Quilombola nos documentos; e uma limitação dissimulada para uso da Educação à Distância.

23. A reforma da reforma atenuou seu caráter autoritário com a consulta e reabertura do debate e fez algumas concessões, a exemplo dos avanços citados, sem abrir mão de sua lógica e finalidades: mantendo o incentivo à profissionalização unilateral, precoce e precária da juventude trabalhadora e perpetuando a dualidade nesse nível de ensino; restringindo o conhecimento às habilidades e competências, com referência na BNCC; reproduzindo a lógica individualista-empresarial, com ênfase na noção de qualidade limitada aos resultados nos exames externos de larga escala, a meritocracia e o fetiche do empreendedorismo.
24. Se por um lado, a versão final da política amplia as contradições, abrindo margens para disputas por dentro, por outro, elas são obscurecidas, inclusive com apropriação no discurso de categorias históricas de nosso projeto educativo, fortalecendo o consenso e a hegemonia do capital. Isso exige de nossa parte maior esforço crítico e clareza do nosso projeto educativo e de seus fundamentos, restando-nos seguir na luta por dentro e fora da ordem na construção coletiva orientada por nossa Pedagogia.
25. Como possibilidade projetiva o Seminário apontou que, embora a perspectiva do politecnismo, em evidência nas discussões, amplie nosso foco para a Educação Básica como um todo, a particularidade do Ensino Médio recoloca a questão da integração com a formação para o trabalho, via Ensino Médio Integrado/Politécnico, como possibilidade de contraposição ao “Novo Ensino Médio” e nos coloca o desafio das condições objetivas das escolas de Ensino Médio do campo para oferta de uma educação tecnológica articulada e impulsionadora do trabalho camponês complexo. Evidenciou, ainda, a partir da realidade de alguns estados presentes, que continua necessário e urgente o debate sobre como avançar no acesso da juventude ao Ensino Médio em escolas do campo, reafirmando que a luta em defesa de nosso projeto de educação precisa estar aliada à luta pela garantia do direito.

Sobre o programa Escola em Tempo Integral

26. Em julho de 2023, o governo federal lançou o programa Escola em Tempo Integral para fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica na perspectiva da educação integral. Na verdade, trata-se de um programa que já se constitui em política, dada a sequência de ações com esse foco de ampliação da “jornada escolar” no governo federal e em alguns estados. No PNE 2006 foi meta colocada chegar a 50% das escolas de educação básica funcionando em tempo integral (mínimo 7h diárias ou 35h semanais). E, diferente de iniciativas anteriores, que tinham abrangência focada principalmente em territórios urbanos e com populações em vulnerabilidade social, agora o caráter universal de suas ações alcança as escolas do campo, inclusive em áreas de Reforma Agrária, com implicações que têm exigido a discussão coletiva no Setor de Educação e no conjunto do Movimento.
27. Diferentemente do Novo Ensino Médio, que confrontamos no todo, essa política tem centralidade em dois aspectos da educação que interessam ao nosso projeto

educativo: a ampliação da jornada escolar, luta antiga e prática voluntária em algumas das nossas escolas que buscam realizar a matriz formativa da Pedagogia do Movimento e as transformações da forma escolar que lhe correspondem; e a perspectiva de uma formação integral, no sentido de se trabalhar na escola com as diferentes dimensões do ser humano que sempre defendemos e ainda precisa de avanço em nossas escolas. Mas nos distinguimos radicalmente nas finalidades sociais e formativas do referido Programa e da pedagogia do capital com a qual ele se vincula.

28. Afirmamos nossa crítica à ampliação da jornada escolar a serviço da pedagogia do capital e da “educação integral” do indivíduo-empresa, das habilidades e competências, do treinamento para os exames externos, das competências socioemocionais, do empreendedorismo... Ampliar a jornada escolar da escola hegemônica é aumentar o tempo de incidência da pedagogia do capital sobre nossas crianças e jovens a partir de finalidades sociais e formativas opostas às nossas, ou seja, é ampliar o tempo da escola que precisamos transformar.

29. Também somos críticos a outros impactos decorrentes da forma como a política vem sendo implementada de modo arbitrário, como “rolo compressor”, sem preparação, sem discussão coletiva sobre o propósito e a forma da ampliação da jornada escolar; que sob a lógica empresarial e em tempos de austeridade fiscal fecha escolas cuja estrutura não comporta o ensino em tempo integral, que é a realidade da maioria das escolas do campo, ou intensifica a condição de precariedade de funcionamento dessas escolas; exclui a juventude trabalhadora, que não possui disponibilidade para o estudo em tempo integral; e aliena crianças e jovens do convívio cotidiano em suas famílias, comunidades, organizações populares e outros espaços/tempos educativos importantes para a formação humana.

30. Nosso desafio é aproveitar o princípio básico do Programa que é a ampliação do tempo ou da jornada escolar para avançarmos na realização de nossa concepção de educação e das tarefas educativas da escola que lhe correspondem, fazendo o confronto prático à política neoliberal geral, trabalhando nas contradições do sistema. Para isso precisamos:

a) firmar entre as educadoras, os educadores de nossas escolas a *concepção de educação* que nos orienta: a Pedagogia do Movimento que construímos coletivamente tem em sua matriz formativa os elementos necessários para disputar conteúdo e forma da realização dessa política (ampliar o tempo para quê? E em que forma escolar?);

b) retomar processos de formação: nossos educadores não podem titubear na concepção de educação que não pode ser perdida nem negociada. Não podemos aceitar discutir o tempo integral em si mesmo, como se ele fosse “a” concepção, e sim pensar a ampliação do tempo na relação com as finalidades sociais e formativas e com as transformações necessárias da forma escolar para que nela caiba o conteúdo das tarefas educativas básicas da escola, em nossa perspectiva;

c) discutir condições do aceite da implementação do programa em nossas escolas, tais como: manter o princípio: *fechar escola é crime!*; transporte escolar intra campo e para pequenas distâncias e não para crianças pequenas; ampliar o tempo para atender as diferentes dimensões da formação humana e não para reforço de aulas de português e matemática ou adestramento para as provas da avaliação externa; adequação da infraestrutura da escola e ampliação do quadro de educadores fixos na escola, sem a

rotatividade e a precarização do trabalho que impede qualquer trabalho processual criativo; autonomia de fazer o desenho pedagógico da ampliação do tempo considerando a especificidade da vida no campo e a partir das experiências que já temos (nem todos os dias de dois turnos etc.); apoio para formação de educadores;

d) avançar em proposições concretas de como realizar a ampliação do tempo: tempos educativos diários e semanais, auto-organização dos estudantes, vivências de trabalho socialmente necessário.

31. Nosso debate sobre as finalidades sociais e formativas da participação das crianças e jovens na construção da Reforma Agrária Popular indica que o grande passo a dar mais amplamente, e a partir de algumas experiências que já temos, é desenhar a relação entre estudo e trabalho, aproveitando a ampliação do tempo escolar para desenvolver experiências de inserção dos estudantes em processos produtivos reais. Talvez no ensino médio se possam incluir iniciativas que visem geração de renda para a juventude, desde que vinculadas a sua auto-organização cooperativa e sua formação política mais ampla.

Proposições

- 1- Recriar a Frente das Escolas do setor de educação com participação conforme o tipo de atividades ou iniciativas. O objetivo principal é ampliar e fortalecer a articulação estadual e nacional entre as escolas para mobilizações contra as políticas neoliberais de educação e para ampliar o círculo orgânico de construção político-pedagógica coletiva, neste próximo período priorizando as proposições deste Seminário.
- 2- Elaborar um projeto nacional de formação continuada específico para educadoras e educadores das áreas de reforma agrária e com foco na construção político-pedagógica nossa em relação às políticas de ampliação do tempo escolar. Projeto Nacional com realização estadual ou regional em parceria com instituições de ensino superior e o programa Escola da Terra ou outras iniciativas.
- 3- Fazer um plano de ação intersetorial visando massificar as iniciativas de inserção das escolas na práxis agroecológica e discutir como as práticas atuais podem avançar na direção de processos orgânicos de construção da Reforma Agrária Popular e em uma perspectiva formativa politécnica. Potencializar atividades de formação de educadores em agroecologia para essa finalidade, dando continuidade ao Curso Básico de Agroecologia e Educação nas Regiões e ampliando com outros processos.
- 4- Reposicionar e fortalecer o uso nos municípios e estados dos instrumentos legais que já conquistamos no percurso da Educação do Campo, pautando especialmente no FONEC processos de atualização e avanços necessários visando o uso de nossa legislação específica como anteparo diante de políticas neoliberais que a desconsideram e para sustentar, pela especificidade das escolas do campo, os Projetos Político-Pedagógicos de nossas escolas.
- 5- Participar ativamente das mobilizações que precisam ser retomadas pela revogação do Novo Ensino Médio, da BNCC e da BNC Formação, junto com outras organizações nacionais do campo e da cidade e envolvendo comunidades e sindicatos de diferentes categorias de trabalhadores.

- 6- Disputar as finalidades da educação escolar tendo por referência nosso projeto social e educativo e cultivando seus embriões de construção do socialismo, no trabalho pedagógico cotidiano em cada escola, nos espaços de definição da política educacional e no embate das ruas.
- 7- Garantir atividades e processos formativos para ampliar e aprofundar a apropriação coletiva da Pedagogia do Movimento e do Programa de Reforma Agrária Popular pelos diferentes sujeitos da escola: educadoras, estudantes, comunidades. Dar especial atenção para atividades e elaboração de materiais específicos que ajudem no avanço da formação política e organizativa da nossa juventude.
- 8- Organizar uma orientação para estudos coletivos, de preferência intersetoriais, de sínteses teóricas sobre Educação Politécnica visando ensaios de politecnismo em nossas escolas a partir de sua inserção em processos de construção da RAP. Chegar a uma sistematização que oriente a relação entre estudo e trabalho no conjunto das etapas da educação básica.
- 9- Continuar o debate do Seminário sobre o desenho político-pedagógico do ensino médio pensado em uma perspectiva formativa politécnica, construída na relação com a matriz agroecológica de produção. Ter uma sistematização que ajude na construção prática do confronto de concepção de ensino médio como educação básica e lugar de consolidar uma base formativa geral artística, científica, laboral, política e organizativa.
- 10-Seguir na construção coletiva de orientações para disputa prática de concepção em relação ao que priorizar nos currículos da educação básica e diante da política da escola em tempo integral, a partir de nossas finalidades educativas e o acúmulo enquanto matriz formativa e tarefas educativas da escola.
- 11-Fortalecer a organização coletiva dos sujeitos da escola e construir condições para exercer nossa autonomia político-pedagógica na definição de conteúdos formativos, tempos educativos, planejamento pedagógico e formação continuada tendo o marco normativo da Educação do Campo como respaldo legal para o reconhecimento da especificidade das Escolas do Campo. A escola sempre foi espaço de disputa e de contradição e qualificar sua ocupação com nosso conteúdo e forma implica aprimorar os espaços organizativos e de participação coletiva. Cada escola precisa qualificar a organização do coletivo de educadores e educadoras, combinada à auto-organização dos/das estudantes e ao fortalecimento do vínculo com a comunidade, como chave para resistência e luta. Não se defende a escola do campo sem organização comunitária forte! Não se constrói a Pedagogia do Movimento na escola sem intencionalizar tempo de auto-organização coletiva de educadoras e educadores para planejar, avaliar e estudar.